



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

13/03/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADORES.....	4 - 8
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DESEMBARGADORES.....	11 - 13
5.2. SEM ASSUNTO.....	14
5.3. SERVIDORES.....	15

Pág. 3

TAM deve indenizar passageiro por extravio de bagagem

A Tam Linhas Aéreas foi condenada a pagar R\$ 5 mil por danos morais, além de restituir o valor dos pertences de um passageiro que teve a bagagem extraviada, durante um voo de São Luís a Imperatriz, em fevereiro de 2011. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

TAM deve indenizar passageiro por extravio de bagagem

A Tam Linhas Aéreas foi condenada a pagar R\$ 5 mil por danos morais, além de restituir o valor dos pertences de um passageiro que teve a bagagem extraviada, durante um voo de São Luís a Imperatriz, em fevereiro de 2011. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O passageiro relatou que viajara a trabalho, tendo constatado a falta de uma de suas bagagens no aeroporto de Imperatriz, que continha materiais de trabalho e itens de vestimenta e higiene pessoal. Segundo ele, a empresa não restituiu a bagagem durante a estadia, causando-lhe vários transtornos, e teria deixado de prestar assistência ou qualquer auxílio técnico.

Ele recorreu da sen-

tença da 9ª Vara Cível de São Luís, alegando que o valor de R\$ 5 mil seria desproporcional aos danos sofridos, pedindo que o valor fosse elevado para patamar compatível com a situação.

O relator, desembargador Marcelo Carvalho, ressaltou que na fixação de indenizações por danos morais o juiz deve considerar o interesse lesado e observar casos semelhantes já julgados, ajustando o valor às peculiaridades do caso e considerando aspectos como a gravidade do fato e a condição econômica das partes.

Ele entendeu que o valor fixado foi adequado às circunstâncias do caso. "O STJ tem fixado valores maiores quando se trata de viagem internacional, o que não é o caso", considerou.

Serviço psicossocial do Fórum Des. Sarney Costa fez mais de 900 visitas domiciliares em 2012

As psicólogas e assistentes sociais do Fórum Des. Sarney Costa realizaram, no ano passado, 928 visitas domiciliares e 1966 entrevistas, dando suporte aos juízes nos processos que tratam da guarda e tutela de crianças e adolescentes e interdição de pessoas adultas. Os técnicos da Divisão de Serviço Social e Psicologia também fizeram 49 visitas a instituições como escolas e hospitais e 428 atendimentos extraprocessuais. Nesse período, o setor recebeu 483 processos e concluiu 522, entre novos e remanescentes do ano anterior.

Formada por 11 profissionais, a Divisão atende demandas por estudos sociais e psicológicos, oriundas das sete Varas de Família, Vara de Cartas Precatórias e Vara de Interdição, Sucessão e Alvará, especificamente em relação aos casos de guarda, tutela e curatela. Após os estudos, o setor emite parecer às Varas.

A chefe da Divisão, Euzenir de Fátima Ferreira Serra, disse que uma das atribuições do setor é trabalhar com as questões conflituosas entre pais e mães para identificar o melhor ambiente para os menores, subsidiando a decisão judicial. No caso de tutela e interdição (de pessoas adultas), o objetivo é indicar um representante que tenha as melhores condições sociais e psicológicas para cuidar do menor e do interditando.

Euzenir Ferreira explica que, além das partes envolvidas nos processos, o setor presta orientações às pessoas que buscam a Divisão espontaneamente. São informações sobre serviços públicos nas áreas de assistência social, previdência e saúde.

Atendimento - G.V.N., 29 anos, procurou a Divisão de Serviço Social e Psicologia esta semana em busca de

orientação porque pretende pedir a guarda do filho de 3 anos, que mora com a ex-mulher na zona rural de São Luís. Em processo judicial ele havia concordado que a criança ficasse com a mãe, mas agora alega que a ex-mulher não tem condições de cuidar do menino. Uma equipe da Divisão fará visita domiciliar para verificar o ambiente para onde o pai quer levar a criança e analisar a dinâmica familiar e os vínculos afetivos. A mãe também será chamada para entrevista.

A psicóloga Lourdes Luz esclarece que o enfoque do profissional da Psicologia é verificar como os pais exercem seu papel com o filho menor, avaliando características de personalidade, a dinâmica familiar, os vínculos afetivos, dados socioculturais e outros. Nas disputas de guarda, denúncias de violência doméstica, negligência e abuso sexual também são avaliados, além dos casos de alienação parental. Segundo ela, nos casos de interdição, quando necessária é feita a avaliação psicológica do interditando e do seu possível curador.

Visitas e entrevistas - segundo a assistente social Luciane Aires, além das visitas domiciliares e institucionais, os profissionais agendam, com as partes envolvidas nos processos judiciais, entrevistas na própria Divisão de Serviço Social e Psicologia. Ela afirmou que em todos os casos relativos aos processos que chegam ao setor são realizadas visitas.

A assistente social ressalta que o setor faz, ainda, indicações de acompanhamento quando são detectados casos de transtornos psiquiátricos e situações de violência domésticas contra crianças e adolescentes, mulheres, idosos e interditandos. O acompanhamento é realizado na rede pública.

PF apurará acusações de Dino contra TRE

O TRE-MA aprovou ontem pedido do desembargador José Joaquim dos Anjos, do TJMA, para que a Polícia Federal investigue o presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB), por acusação à Corte. **Política 3**

Polícia Federal vai investigar Flávio Dino por acusações contra a Justiça Eleitoral

Pleno do TRE aprovou ontem, por unanimidade, pedido do desembargador José Joaquim Figueiredo, do TJ, para que o ex-juiz seja obrigado a provar o que disse

Gilberto Léda
Da editoria de Política

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão aprovou ontem, por unanimidade, pedido formulado pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, do Tribunal de Justiça, para que a Polícia Federal investigue o ex-juiz Flávio Dino (PCdoB), pelas acusações feitas no início do mês passado, de que a Corte teria fraudado a eleição de 2010 "na calada da noite". Com a decisão, Dino terá que provar o que disse, sob pena de ser processado criminalmente.

José Joaquim, que era vice-presidente do TRE e foi corregedor-eleitoral naquele pleito, considerou "irresponsável" a declaração do comunista e lembrou, no dia em que pediu que a PF apurasse a denúncia, ter autorizado a presença de um perito



De Jesus

Juizes do TRE repudiaram as declarações do líder do comunismo e aprovaram investigação contra ele

acompanhando a totalização dos votos no setor de informática do Tribunal ao longo da apuração. Ele afirmou, ainda, estranhar o questionamento de Flávio Dino apenas três anos após proclamação do resultado.

"Na época, isso foi até objeto de um procedimento. Um perito veio ao Maranhão, arguindo que houve fraude na urna eletrônica. Então eu determinei que ele acompanhasse todo nosso trabalho direto no setor de informática. Depois de três anos, ele [Flávio Dino] vem com essa irresponsabilidade. Eu não posso admitir. Se tinha mácula, ele teria que dizer. Se ele não disse à época, agora terá que provar isso. O que não pode é pairar dúvidas", disse.

A O Estado, o juiz Sérgio Muniz reiterou ontem que uma investigação sobre o processo eleitoral de 2010 já foi feita. E que nada de irregular fora constatado. "Ele [Flávio Dino] disse que o TRE fraudou a eleição, mas nós temos um processo transitado em julgado mostrando que não houve fraude", completou. Segundo ele, todos os membros da corte mostraram rejeição à postura de Dino durante a sessão em que a investigação da PF foi aprovada.

Destempero - O destempero verbal de Flávio Dino que culminou com acusação contra toda a Corte Eleitoral do Maranhão ocor-



Biaman Prado

Flávio Dino falou demais e agora terá que dar explicações à PF

reu em Imperatriz, durante encontro regional do PDT, no final do mês de fevereiro. Após lembrar os fatos que levaram à cassação do ex-governador Jackson Lago (PDT), quando falou em "jogo de cartas marcadas", o presidente da Embratur voltou-se contra o TRE e a eleição de 2010.

Afirmou ter vencido a eleição porque foi necessário à Justiça Eleitoral fraudar o pleito "na calada da noite" para garantir oito décimos de vantagem à governadora Roseana Sarney (PMDB) -

que, na verdade, venceu a disputa em primeiro turno, com mais de 600 mil votos de vantagem sobre o comunista.

"Nós ganhamos a eleição, porque foi necessário fraudar a eleição no Tribunal Regional Eleitoral, na calada da noite, para conseguir uma diferença de oito centésimos. Oito centésimos, que parece coisa de corrida de Fórmula 1. Oito centésimos, que é menos que um décimo, dois mil votos, nos separaram do 2º turno", acusou.

PCdoB tenta confundir sobre o caso

Via redes sociais, Flávio Dino disse "aplaudir" a postura do TRE. "Manifesto meu aplauso à decisão do TRE de apurar as denúncias que fizemos em 2010 sobre as eleições daquele ano. Sempre lutamos por isso e vamos encaminhar à Polícia Federal todos os documentos que entregamos ao TRE em 2010", declarou.

A declaração de apoio soa como uma espécie de tentativa de confundir a opinião pública, uma vez que a investigação não se dará no pleito, mas contra o próprio acusador. Durante a investigação, Dino terá que provar à Polícia Federal como se deu a fraude "na calada da noite", segundo ele afirmou.

A assessoria do PCdoB também divulgou comunicado à imprensa, tentando explicar as afirmações de Dino. "Ele [Dino] fez referência às suspeitas levantadas a partir de um estudo feito por equipe de especialistas em apuração eletrônica. Desde então, o assunto tem frequentado o noticiário e os debates nos meios jurídicos e políticos", diz o texto do comunicado, uma clara tentativa de embasar a defesa.

Estado Maior

Turma do PCdoB tenta aliviar a situação de Dino

Os comandados do ex-juiz Flávio Dino no PCdoB tentaram ontem dar entendimento diferente do dado pelo TRE na decisão de pedir à Polícia Federal que investigue a declaração dada por ele, Dino, segundo a qual a eleição de 2010 foi fraudada "na calada da noite". **Política 3**

Versão de camaleão

A direção estadual do PCdoB parece ter-se dado conta de que não pegou bem mesmo o destempero verbal de Flávio Dino, no fim do mês passado, contra o TRE, numa reunião do PDT em Imperatriz. O ex-juiz acusou a Justiça Eleitoral maranhense de ter fraudado a eleição de 2010 "na calada da noite".

Ontem, depois de a Corte aprovar, por unanimidade, investigação da PF sobre a denúncia do presidente da Embratur - a pedido do desembargador José Joaquim Figueiredo, do Tribunal de Justiça, é bom que se diga -, a assessoria de comunicação da legenda disparou comunicado à imprensa como se comemorasse o fato de que "supostas fraudes ocorridas em 2010" serão agora apuradas.

Mero artifício retórico para tentar escamotear o óbvio. A PF não vai apurar "supostas fraudes ocorridas em 2010" simplesmente porque isso já foi feito. E o processo, já transitado em julgado, segundo informou à coluna o juiz Sérgio Muniz, não apontou nenhuma irregularidade.

A verdade que os comunistas tentam escamotear é a de que quem será investigado pela PF, de fato, é Flávio Dino. E, como disse José Joaquim há duas semanas, quando pediu a entrada dos federais no caso, "vai ter de provar" o que disse aos pedetistas de Imperatriz.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
☒ Av. Euclides Figueiredo, S/N - Calhau, 6º andar
CEP.: 65.076-820 São Luís - MA
☎ (098)3194-5498

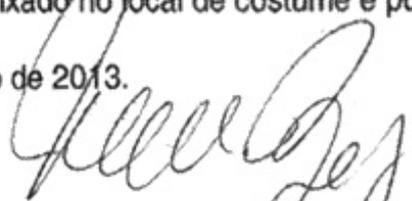
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 875-65.2010.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Parte(s) Exequente(s) : MATEUS FOOD SERVICE LTDA
Parte(s) Executada(s) : BAR E RESTAURANTE CASO SERIO LTDA

Citando(a): BAR E RESTAURANTE CASO SERIO LTDA, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013.


Dr. Raimundo Moraes Bogea

Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível

JUSTIÇA JULGA PROCEDENTE AÇÃO DO SINPROESEMMA QUE COBRA NOMEAÇÃO DE EXCEDENTES

É mais uma grande vitória para a educação pública. A justiça estadual anula todas as contratações temporárias de professores na rede estadual de educação e determina, no prazo de 90 dias, a nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso realizado pelo Estado, em 2009, e que estão na condição de excedentes.

A sentença judicial, expedida no dia seis deste mês, é resultado da Ação Civil Pública ajuizada, em 2011, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (Sinproessemma), cobrando o fim das contratações precárias e irregulares, assim como a nomeação dos concursados excedentes.

Para julgar a favor dos trabalhadores concursados, atendendo pedido do sindicato, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública, fundamenta-se na legislação federal que garante o acesso do concursado, no período de vigência do concurso, caso seja comprovada a existência da vaga para a qual o candidato concorreu e está habilitado.

Atualmente, segundo levantamento do Sinproessemma, existem 3.500 professores na rede pública estadual, em situação de contrato temporário precário, ganhando metade do piso salarial nacional do magistério, determinado na Lei do Piso. Por outro lado, à espera de nomeação, existem cerca de 10 mil professores, na condição de excedentes do concurso de 2009.

A contratação temporária configura a existência da vaga na rede, conferindo ao excedente o direito à nomeação. "Concluo que os candidatos aqui representados pela sua categoria profissional têm direito subjetivo à nomeação, haja vista a comprovação da existência de pessoal não aprovado em concurso, ocupando vagas em número suficiente a atingir e ultrapassar a colocação obtida pelos mesmos", ressalta a juíza em sua sentença.

A boa notícia foi levada à direção geral do Sinproessemma, na tarde desta segunda-feira (11), pelo assessor jurídico do sindicato, Luís Henrique Teixeira. O advogado explica que a decisão é de primeiro grau, mas é bem fundamentada e configura uma grande vitória. Segundo ele, o governo do Estado poderá recorrer ao segundo grau, o pleno do Tribunal de Justiça do Estado (TJE-MA), porém os excedentes já podem entrar com ações individuais, requerendo a nomeação, com tutela antecipada e com base nesta decisão, para ingressar na rede de ensino, imediatamente.

TRE e PF vão apurar denúncia de fraude nas eleições de 2010

Sessão do Tribunal Regional Eleitoral realizada ontem aprovou pedido à Polícia Federal de investigação de denúncias de irregularidades cometidas no pleito eleitoral

de 2010. O pedido foi formulado pelo Tribunal de Justiça, acatando requerimento do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. **INFORME JP - PÁGINA 3**

TRE decide encaminhar à PF cópia de processo das eleições de 2010

Reunidos em sessão administrativa na tarde desta terça-feira (12), os membros do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão deliberaram, unanimemente, pela remessa de cópia do processo que pede a apuração das eleições de 2010 à Polícia Federal para instauração de inquérito.

O pedido de providências foi formulado pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos (à época corregedor do TRE) para que seja apurada a veracidade dos fatos apontados como “fraude”, narrados em discurso proferido por Flávio Dino durante evento político na cidade de Imperatriz/MA, conforme noticiou a imprensa.

Na ocasião, Flávio Dino fez referência às suspeitas levantadas a partir de um estudo preparado por equipe de especialistas em apuração eletrônica. Desde então o assunto tem frequentado o noticiário e os debates nos meios jurídicos e políticos.

Diante da decisão, o presidente interino do PCdoB, no Maranhão, Etelvino Oliveira, anunciou que o partido pediu ao TRE que encaminhe à Polícia Federal cópias de todos os documentos com as denúncias feitas em 2010. Solicitou, também, os convênios celebrados no ano eleitoral pelo governo do Estado e a anexação das denúncias formuladas no Recurso Contra Expedição de Diploma (RECED) que aguarda julgamento no Tribunal Superior Eleitoral.

Já o presidente da Embratur, Flávio Dino, manifestou-se, via Twitter, afirmando que aplaudia a decisão da Corte. “Manifesto meu aplauso à decisão do TRE de apurar as denúncias que fizemos em 2010 sobre as eleições daquele ano”, declarou Flávio Dino.

■ Póstumas

Na sessão de segunda-feira, vereadores caxienses se alternaram em homenagens póstumas à ex-presidente do TJ-MA Madalena Serejo... Do líder governista na Casa, Mário Assunção, a Catulé, Antônio Luiz e outros ressaltaram o legado da desembargadora...

■ Sábado

...Mãe da ex-prefeita Márcia Marinho (PMDB), Maria Madalena Alves Serejo morreu sábado passado, à noite, em hospital de Teresina (PI). O enterro aconteceu em São Luís.

Servidora do TJ inicia campanha para tratamento do filho na China

A analista judiciária Tatiana Maranhão, servidora do Tribunal de Justiça, iniciou uma campanha para arrecadar recursos que garantam o tratamento do filho de 6 anos, vítima de traumatismo craniano em acidente automobilístico. A terapia – feita com células-tronco adultas de cordão umbilical – custa 32.300 dólares e será realizada pelo instituto Beike Biotech, na China. Não existe algo semelhante no Brasil.

Otávio Augusto – que sofreu dano cerebral com lesão axonal difusa – não fala, não anda, não senta e se alimenta por meio de gastrostomia (alimentação parenteral). As novas células poderão substituir os neurônios perdidos no traumatismo, responsáveis por suas atividades motoras.

Tatiana foi em busca de informações e conheceu pessoalmente a primeira brasileira tratada por esse método: a pernambucana Clara Pereira, que teve muitos progressos. Em 2009, com 1 ano e 9 meses de idade, a menina (com paralisia cerebral desde o nascimento) recebeu uma série de seis injeções com células-tronco.

“Tive o cuidado de pesquisar antes. E, se existe uma chance, por pequena que seja, como mãe não posso ficar inerte. Tenho que lutar pelo meu filho”, desabafou a servidora (lotada na Diretoria Geral do TJ-MA).

No dia 3 de setembro de 2011, Otávio Augusto (4 anos), Anna Karenina (7 anos) e Phelipe Silveira de Oliveira (22 anos) viajavam com o pai para a cidade

de Fortaleza (CE). Na estrada de Camurupim (BR-402), sério acidente vitimou a menina e a babá das crianças, e deixou Otávio gravemente ferido.

Quem quiser contribuir com a campanha para levar “Tavinho” à China deve depositar sua doação em conta do Banco do Brasil S/A, agência 2972-6, poupança 38313-9 (var 51), em nome de Otávio Augusto Maranhão.

Biotechnologia – A Beike Biotech é uma empresa de biotecnologia que reúne cientistas que se dedicam ao desenvolvimento de tecnologias e protocolos de tratamentos utilizando células-tronco adultas desde 1999. Localizada em Shenzhen, tem parcerias com diversos hospitais chineses, e mostra retrospectiva de mais de 13 mil pacientes tratados com segurança.

Atualmente, a empresa produz linha completa de produtos de células-tronco derivadas do cordão umbilical, sangue do cordão umbilical e células-tronco da medula óssea.

Os laboratórios preparam as células para uso em tratamentos de uma variedade de condições médicas, como ataxia, lesão cerebral, paralisia cerebral, esclerose múltipla, distrofia muscular, lesão da medula, isquemia e lesões no nervo óptico, entre outras.

As células-tronco, quando colocadas em contato com uma célula diferenciada (pele, músculo etc), tanto *in vitro* quanto *in vivo*, se multiplicam e produzem células filhas idênticas ao órgão lesionado ou que se quer tratar.

DIVULGAÇÃO



Tatiana Maranhão busca ajuda para o filho Otávio

Sebastião Uchoa recebe membros da rede de assistência aos encarcerados

CLAYTON MONTELLES

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, recebeu na segunda-feira (11), representantes da rede maranhense de assistência aos encarcerados. O grupo, que é composto por entidades religiosas, associação de magistrados, defensores públicos, promotores e demais órgãos, se reuniu para discutir sobre o sistema penitenciário do estado.

Para o defensor público e vice-presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Alberto Bastos, a busca pelo diálogo que está sendo proposta nessa nova gestão com os órgãos envolvidos nas questões do sistema prisional é fundamental. "A iniciativa de querer trabalhar junto com as instituições é, com certeza, o diferencial desse momento", ressaltou Alberto Bastos.

Em nome da Rede Maranhense de Assistência aos Encarcerados, Rafael Silva, membro da Apac de São Luís, colocou o grupo à disposição do sistema para



Secretário Sebastião Uchoa durante reunião com representantes da rede maranhense de assistência aos encarcerados

o que for necessário na obtenção de resultados positivos.

O secretário Sebastião Uchoa acredita que, com parceria, o trabalho é realizado mais facilmente. "A nossa gestão é conjunta, pensando no bem maior para o sistema e conseqüentemente para

a sociedade. Todos que tenham a acrescentar serão bem-vindos", destacou Uchoa.

Presentes à reunião o secretário adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso, o bispo Dom Xavier Gilles e demais envolvidos no grupo.